



PROMOTORA tenta apressar julgamento sobre salas de cirurgia

ÇÃO

SALAS DE CIRURGIA

MPE tenta adiantar júri contra o Estado

O Ministério Público do Estado de Sergipe (MPE) tentará junto ao Tribunal de Justiça do Estado (TJ) adiantar o julgamento da ação, aberta no início do ano passado pela promotoria da saúde contra o Governo do Estado, para o funcionamento pleno das nove salas de cirurgia do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse). Na época em que a ação foi movida, apenas seis, das nove salas, estavam funcionando. Quase um ano se passou e ao invés de melhorar, a situação piorou, e o número de salas operatórias está reduzido a cinco.

O motivo da redução, segundo o médico Ivan Paixão, coordenador do setor de Cirurgia Geral do hospital, é que um dos focos cirúrgicos está quebrado e faltam dois monitores para fechar o total de sete salas, onde atualmente deveriam estar sendo realizadas as cirurgias. "Existem nove salas no centro cirúrgico, mas apenas sete foram disponibilizadas para esse fim. Outras duas estão sem uso por causa dos problemas dos aparelhos- o foco inclusive está quebrado desde o final do ano passado- o que tem causado grande impacto na assistência dos pacientes, pois as cirurgias oncológicas estão sendo canceladas com frequência", relata.

A reabertura do processo será realizada após denúncias do Sindicato dos Médicos (Sindmed), denunciando a precariedade na prestação dos serviços. "Além desses, temos problemas de estrutura do centro cirúrgico, como no piso do corredor entre as salas, que está precário, quase todo destruído. A sala 2 está com um buraco no teto, sem gesso e problemas de pintura", detalha Ivan. O representante do Sindimed, o médico Erick Barbosa, afirma ainda que na unidade existem várias rachaduras nas paredes e portas. "Na visita mais recente do Sindimed, realizada no último dia 14, isso ficou provado, além da precariedade do piso que precisa urgente de melhorias".

O procurador da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), Carlos Diego Freitas, reconhece os problemas, mas garante que a FHS já emitiu ordem de serviço para o conserto do foco cirúrgico. "Será encaminhado também um carro de anestesia para o funcionamento de outra sala, mas ainda não sabemos explicar o motivo desta não estar funcionando. A reforma do piso começará a ser realizada no início de março, logo após o carnaval. A pintura das salas e a colocação do gesso também já estão sendo providenciados, mas não podemos precisar o prazo", explicou.

Diante da realidade exposta durante a audiência, a promotora Euza Missano entrará com um pedido para adiantamento do julgamento da liminar, para que os nove leitos funcionem em sua plenitude o quanto antes. "No começo de 2013, o MPE já havia ajuizado uma Ação Civil Pública (ACP) em face do Estado e da FHS informando a precariedade do centro cirúrgico. Pedimos 90 dias para regularizar as nove salas, mas houve no entanto a interposição de recurso e nele o Tribunal de Justiça (TJ) suspendeu os efeitos da liminar até que o recurso fosse julgado. Agora a situação está agravada, mas não podemos ajuizar outra ação, por isso vamos juntar todas essas peças e pedir o adiamento do julgamento dessa para que as nove salas sejam postas em funcionamento o mais rápido possível", adianta a promotora.

▼ DESDE QUE AJUIZOU
AÇÃO CONTRA O ESTADO,
O MPE VIU PIORAR A
SITUAÇÃO DAS SALAS
DE CIRURGIA